



MMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - I
B A M A**

**SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA EM SANTA CATARINA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA**

Aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e seis, no Salão Paroquial do Campo D'Una, localizado no km 10 da Rodovia SC 434, no bairro Campo D'Una, município de Garopaba, às nove horas e quinze minutos foi realizada a quarta reunião do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca. Maria Elizabeth Carvalho da Rocha (Dete), Chefe da APA da Baleia Franca, abre a reunião realçando que esta seria a primeira reunião oficial do Conselho Gestor da APA da Baleia Franca (CONAPA BF), devido à recente publicação da Portaria nº 48, do IBAMA, que criou oficialmente o Conselho. Em seguida, Dete convida os presentes à leitura da ata da 3ª reunião do CONAPA BF, realizada no dia 07 de maio de 2006. Após a leitura, a Dete abre o espaço para os Conselheiros fazerem correções à ata. Guarache (ACIM) sugere que seja acrescentado o nome da IWC Brasil / Projeto Baleia Franca como a proponente da Ação Civil Pública referente ao Plano de Manejo da Unidade e movida contra o IBAMA e Cidinha (CCI) esclarece que o evento em que se discutiu os recifes artificiais marinhos (RAMs) foi um fórum sobre “pesca artesanal” e não sobre “pesca subaquática”. Após estas correções, a ata da 3ª reunião do CONAPA BF foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros. Às 10:20 h, Dete faz a apresentação da pauta do dia, alguns conselheiros sugerem mudanças que são aprovadas pelos demais conselheiros. A pauta do dia fica a seguinte: 1) Leitura, modificações e aprovação da ata; 2) Apresentação e aprovação da pauta; 3) informes da chefia da APA; 4) Regimento interno; 5) Discussões e deliberações sobre a IN 102; 6) Apresentação dos GTs e deliberações; 7) Plano de Manejo e próximo Curso de Capacitação e 8) Informes dos conselheiros, discussão sobre ética, moderação da lista de e-mails e deliberações finais. Dete ressalta a importância da finalização do Regimento Interno do CONAPA BF, devido à proximidade do prazo final estabelecido e dá início à cerimônia de posse dos Conselheiros, apresentando e agradecendo a presença dos seguintes membros do IBAMA: Ricardo Castelli – Coordenador do Bioma Marinho Costeiro / Diretoria de Ecossistemas (DIREC), Julio Gonchoroski – Coordenador da Região Sul do Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos (CMA-Sul), Ricardo Soavinski – Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros (DIFAP), Dr. Antônio Baltazar Noronha - Procurador Federal e Luiz Ernesto Trein - Superintendente do IBAMA em Santa Catarina. Ricardo Castelli é convidado a empossar formalmente o Conselho. Ele elogia o trabalho da Dete e de sua equipe na condução do processo de formação do Conselho Gestor, lê a Portaria do IBAMA nº 48, de 22 de junho de 2006, que oficializa o Conselho, e deseja a todos um bom trabalho. As entidades empossadas foram: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; Gerência Regional de Patrimônio da União em Santa Catarina - GRPU; Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - 19ª SDR; Guarnição Especial de Polícia Militar Ambiental; Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina - EPAGRI; Fundação de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - FATMA; Prefeitura Municipal de Tubarão; Prefeitura Municipal de Laguna; Prefeitura Municipal de Paulo Lopes; Prefeitura Municipal de Garopaba; Prefeitura Municipal de Içara; Prefeitura Municipal de Imbituba; Prefeitura Municipal de Palhoça; Associação de Surfistas, Amigos e Ecologistas da Praia do Porto - ASAEP; Instituto Sea Shepherd Brasil - Sea Shepherd; Instituto Conexão Ambiental - ICAM; Instituto Baleia Franca - IBF; Fundação Gaia; Coalizão Internacional da Vida Silvestre/Projeto Baleia Franca - IWC/PBF; Associação R3 Animal - R3 Animal; Associação

Comunitária Amigos do Meio Ambiente - AMA; Associação Rasga Mar na Defesa da Natureza - Rasgamar; Sociedade Ecológica Balneário Rincão; Instituto Ambiental Ecosul - ECOSUL; Associação de Movimento Ecológico Upiar Ibi - UPIAR IBI; Movimento Ambiental do Rosa/Associação dos Moradores e Amigos da Praia do Rosa MAR; Instituto Larus de Desenvolvimento Ambiental, Social e Noologia; Colônia de Pescadores Z-13 de Imbituba; Associação dos Surfistas da Praia do Rosa - ASPR; Conselho Comunitário e Cultural de Ibiraquera - CCI; Associação dos Pescadores da Comunidade de Ibiraquera; G. A. Werlang Gestão e Ambiente Ltda - Gaia Village; Associação dos Moradores da Praia dos Naufragados - AMOPRAN; Associação dos Pescadores da Barra do Camacho - APEBARCA; Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera; Associação dos Pescadores Artesanais do Cabo de Santa Marta Grande - APAFa; Associação dos Apicultores do Vale do Rio D'uma - APIVALE; Cooperativa Agropecuária de Tubarão - COPAGRO; Universidade do Extremo Sul Catarinense/Fundação Educacional de Criciúma - UNESC; Associação Comercial e Industrial de Imbituba - ACIM; Associação Ecovida de Certificação Participativa - ECOVIDA. Dete solicita um momento para o reconhecimento ao trabalho do grupo que colaborou para a criação do Conselho, em especial ao professor Paulo Vieira (NMD-UFSC), ao Luiz Ernesto (superintendente do IBAMA em Santa Catarina), à Laci e ao Heitor (ambos do NEA). Às 10:40 h, inicia-se a discussão do Regimento Interno (RI) do CONAPA BF. Heitor descreve o histórico dos trabalhos do GT-RI, realça que faltavam apenas 60 dias para a aprovação do RI e se propõe a lê-lo para que as sugestões dos Conselheiros possam ser expostas. Nesse momento, Val (Fórum da Ag 21 local da Lagoa de Ibiraquera) propõe a escolha de um moderador para os trabalhos do dia e sugere o nome do Beto (NMD-UFSC); todos os conselheiros aprovam e o Beto aceita. Dete lembra aos convidados e observadores que se desejarem falar algo, devem se dirigir a um Conselheiro e solicitar a fala. Heitor inicia a leitura do RI a partir do capítulo inicial. Os Capítulos III, IV e V foram lidos e aprovados pelos Conselheiros após algumas pequenas alterações. Diversos itens que tratam dos papéis do Secretário Executivo e do Presidente do CONAPA BF geram uma longa discussão entre os Conselheiros, mas não se chega a um consenso a respeito e a discussão fica para ser retomada em outra ocasião. Val (Fórum Ag 21) sugere que o direito de voz durante as plenárias seja exclusivo dos Conselheiros, com exceção de convidados, membros do IBAMA e pedidos de palavra aos Conselheiros, após algum debate e sugestões, os Conselheiros aprovam a proposta do Val. Carlyle (UNESC) propõe que se formalize a participação de pessoas nos GTs para que todos os Conselheiros estejam cientes de quem participa; todos aprovaram a proposta. Evaldo (PM Imbituba) sugere que haja uma comunicação à entidade quando o seu representante ausentar-se das plenárias, antes de desligá-la do Conselho; todos aprovam a proposta. A discussão sobre esse artigo gera mudanças no texto e o seguinte encaminhamento: comunicar à entidade comportamentos antiéticos do seu representante. Guarache propõe que haja consulta aos Conselheiros via e-mail, quando o Presidente precisar tomar decisões em caráter de urgência; mas não se chega a um consenso. Na seção que trata dos Grupos de Trabalho, Guarache propõe eliminar o inciso que trata da composição dos GTs; todos concordam. Val propõe a exclusão do item que trata da terceira convocação da plenária; todos concordam. O inciso 11 do Artigo 32 e o parágrafo único do Artigo 38, geram discussões sobre a forma de apresentação durante as plenárias dos trabalhos dos GTs e sobre a pertinência de apartes durante as exposições dos GTs; Carlyle fica com a incumbência de elaborar algo que faça com que o coordenador do GT seja responsável pela apresentação das diferentes posições dentro do GT. Por fim, discute-se sobre como realizar alterações no RI; dessa discussão saem os seguintes encaminhamentos: a apresentação da proposta deve ser feita por pelo menos 1/3 dos Conselheiros e a aprovação deve ser a mais próxima do consenso ou por 2/3 dos Conselheiros. Às 12:35 h encerra-se a sessão matutina da plenária, sendo que a finalização do RI ficou para a próxima plenária do CONAPA BF. Os trabalhos são retomados às 13:50 h com a discussão sobre a Instrução Normativa do IBAMA Nº 102, de 19 de junho de 2006, que restringe as atividades náuticas em setores da APA da Baleia Franca (APA BF). Acontecem cinco apresentações de 10 minutos sobre o tema. Na primeira apresentação, Dete traça um breve histórico da proposta de fechamento de áreas e das reações favoráveis e contrárias à

mesma e destaca trechos do Decreto de criação da APA BF que definem finalidades da UC, como “ordenar o uso turístico e recreativo” e “o tráfego local de embarcações”. Em seguida, Guarache (ACIM) descreve o histórico dos trabalhos do GT sobre a restrição das atividades embarcadas; argumenta que o Conselho ficou sabendo da IN tardiamente e apenas através de consulta da Marinha às prefeituras; faz críticas ao texto da IN e à sua legitimidade, e argumenta que ela não era precautória. Por fim, Guarache relata a posição do GT pela suspensão da IN, a continuidade dos estudos e a elaboração de uma nova minuta, capaz de contemplar aspectos deixados de fora no texto da IN. Na terceira apresentação, Mônica (IBF) relata a relação do IBF com o turismo embarcado de observação de baleias; argumenta que esta atividade não está em crescimento no país e que, quando realizada de acordo com certos critérios, favorece a conservação da espécie; afirma que o IBF é favorável à criação de áreas refúgio, mas defende que a IN seja mais discutida, uma vez que foi elaborada de forma pouco participativa e que não contemplava todos os possíveis impactos às baleias. Em seguida, Truda (Conselheiro Honorário) aponta o turismo de observação de baleia como uma atividade em crescimento que movimenta um grande capital, destaca o potencial brasileiro para esta atividade; compara os impactos positivos e negativos do turismo de observação de baleias embarcado e do turismo de observação de baleias de terra, realçando que ambos precisam de ordenamento; aponta que existe um consenso internacional sobre a necessidade de áreas refúgio para a conservação das baleias; e enfatiza que a IN é adequada e que seu desenho havia sido aprovado pelo comitê científico da Comissão Internacional Baleeira (CIB). Por fim, Karina (PBF/IWC) fala sobre o trabalho da entidade no monitoramento das baleias francas na região, apresenta os critérios utilizados para a definição das áreas refúgio estabelecidas pela IN e enfatiza que a IN é precautória e fundamentada em recomendações internacionais. Às 14:40, após as apresentações, Beto fala sobre a comissão que foi a Brasília solicitar a alteração da IN e abre espaço para o debate sobre o tema. Val (Ag 21 Ibraquera) diz que a IN é benéfica, porém não entra no mérito da metodologia para sua criação. Val defende a manutenção da IN até novembro deste ano e também uma maior movimentação dos trabalhos do GT sobre a restrição das atividades embarcadas. Val cita manifestações do coordenador do GT sobre a restrição das atividades embarcadas, nas quais era apontada uma diminuição do interesse dos membros do GT pelos trabalhos do mesmo. Val (Ag 21) questiona o posicionamento da FATMA e SDS, tão incisivamente contrária à IN e a ausência de manifestação dessas instituições em relação à venda fraudulenta do Parque do Rio Vermelho. Cidinha (CCI) diz que a IN não fere as diretrizes da APA e que ela foi feita e analisada por pessoas competentes. Ricardo (PM Içara) solicita maiores informações sobre os critérios de escolha para as áreas fechadas, pois considera a IN pouco restritiva. De qualquer forma, afirma apoiar a manutenção da IN. João Batista (Rasgamar) reitera apoio às falas anteriores, afirma que as comunidades da região do Cabo de Santa Marta são contrárias ao turismo embarcado de observação de baleias e que enviará ofício solicitando a inclusão da região nas restrições propostas pela IN. João Batista afirma que a ONG Rasgamar e a APAFa apóiam a manutenção da IN, pois acreditam que no futuro acontecerão maiores conflitos entre operadoras de turismo embarcado, populações tradicionais e ambientalistas. Vidal (Soc. Ecol.) propõe a interferência de um moderador na lista de discussão do Conselho na internet, questiona a posição do IBF e da comitiva que foi à Brasília para pedir a revogação da IN, reforça que tinha conhecimento da minuta da IN e acredita que ela deveria acrescentar mais áreas fechadas e finaliza afirmando que a manutenção da IN tem total apoio de sua entidade. Roselita (FATMA) começa lendo manifestação por escrito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SDS) e do Gerenciamento Costeiro (Gerco/SC) na qual é afirmado que a SDS solicitou em ofício a sua participação no Conselho Gestor da APA BF, afirmou que não existem estudos técnicos que fundamentem o fechamento de áreas, que a IN foi criada através de um processo antidemocrático, impositivo e sem consideração ao GT sobre a restrição das atividades embarcadas, ao Gerenciamento Costeiro (GERCO) Nacional e Estadual e ao zoneamento marinho do estado de Santa Catarina. A manifestação da SDS e do GERCO/SC também cita que a IN restringe atividades para alguns setores e permite para outros e solicita a suspensão da IN até discussão e análise pelo GT. A posição da FATMA é de que ninguém é

contrário à restrição, mas sim à forma pela qual ela foi criada. Roselita defende a ampla participação da sociedade civil e do governo, em seus três níveis e solicita a suspensão da IN até que aconteçam maiores discussões no âmbito do Conselho. Dennis (AMOPRAN) afirma que já tinha conhecimento anterior do conteúdo da IN, que apóia a sua manutenção e sugere a inclusão da área de Naufragados nas restrições propostas pela IN. Franco (F. Gaia) apóia a manutenção da IN. Jarbas (UFSC) diz que é consenso a importância da criação de áreas de refúgio, que a explicação da Karina (PBF) ajudou a esclarecer um pouco mais o assunto e que o IBF não apresentou nenhum dado relativo ao tema. Jarbas também propõe que se aprove uma moratória suspendendo o turismo embarcado nas áreas estabelecidas pela IN até novembro deste ano e que seja elaborado um memorial descritivo explicitando melhor o porquê da escolha de certas áreas e não de outras. Também defende que haja um aperfeiçoamento do embasamento científico e reforça a necessidade de mais discussão sobre o assunto, para que o Conselho, no próximo ano, possa elaborar uma nova IN mais embasada cientificamente. Carlyle (UNESC) apóia maiores restrições à IN atual, critica alguns setores que estão se opondo à IN, mas que sempre tiveram pouca preocupação ambiental e parabeniza o IBAMA pela publicação da IN. Agnaldo (PM Laguna) manifesta-se contrário à manutenção da IN, sendo contra a forma que ela foi publicada e argumenta que houve pouca discussão no âmbito do Conselho. Mônica (IBF) esclarece que o IBF é favorável à criação de áreas refúgio, mas solicita a suspensão da IN, também em nome do Museu Oceanográfico da FURG. Ela argumenta que houve pouca discussão e envolvimento social, que a IN poderia englobar outras áreas e que as áreas deveriam ser mais bem distribuídas ao longo da APA. Kiko (AMA) parabeniza o trabalho do IBAMA, apóia integralmente a IN, relata que já presenciou a insistência de barcos de turismo sobre o mesmo grupo de baleias e considera que a IN poderia restringir mais áreas do interior da APA. Samuel (PM Garopaba) solicita a suspensão da IN, argumentando que houve pouca discussão no Conselho e que a Prefeitura de Garopaba não foi ouvida antes de se propor o fechamento da praia central de Garopaba, proposta que ela é contra. Evaldo (PM Imbituba) também defende a suspensão da IN afirmando que ela tinha cunho político e apenas o respaldo de quatro entidades. André (ASAEP) apóia a manutenção da IN, cita a preocupação ambiental de sua ONG e critica o posicionamento de algumas prefeituras e da FATMA nesta e em outras situações, como, por exemplo, na mineração das dunas da Ibiraquera. Luiz Ernesto (Superintendente IBAMA/SC) afirma que a SDS e o GERCO/SC são muito bem-vindos ao Conselho Gestor da APA BF, desde que sigam as regras para inclusão no Conselho. Também frisa a importância do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e que a FATMA deveria ter consultado o IBAMA ao licenciar as trinta e quatro fazendas de camarão existentes dentro da APA e também no licenciamento ambiental do Porto de Imbituba. Luiz Ernesto diz que o poder público federal tem autonomia para tomar decisões, que a importância da existência de áreas refúgio é um consenso e que, se a IN não fosse publicada, a APA passaria mais uma temporada sem nenhum regramento relativo ao assunto. Luiz Ernesto ainda esclarece o processo de elaboração da IN pelo IBAMA, realçando a fundamentação técnica da proposta, que envolveu diversas instâncias técnicas da instituição. Ele propõe como encaminhamento a manutenção da IN nesta temporada e o fortalecimento do GT, inclusive em termos de instituições participantes, para a formulação de novas propostas com base científica a serem incorporadas na próxima temporada de avistagem de baleias. No decorrer das discussões subseqüentes, no momento em que o Jucélio (Vereador de Garopaba) saía, a Cidinha pede que ele fique para ouvir sua fala, ele reage falando alto e pára a reunião, reclama que não foi autorizado a falar, que as reuniões deveriam ser abertas para as fala de todas as pessoas. Fala que as coisas estão sendo feitas de forma escondida e vai embora. Guarache (ACIM) lê manifestação do Sr. Júlio César, representante do Veleiro Camacho, na qual, como operador de turismo de observação embarcada de baleias apóia a manutenção da IN. Guarache concorda que o GT sofreu uma diminuição no ritmo dos trabalhos, sugere a busca pelos pontos comuns e pede cuidado com o juízo de valores no uso de termos como “empresários” e “populações tradicionais”. Karina (PBF) explica melhor os critérios para a escolha das áreas e manifesta posição de representante da Adventure turismo, empresa de Garopaba, presente na reunião, ressaltando a sua posição favorável à In e

relatando a recepção positiva sobre a IN por parte das operadoras de turismo em outras partes do país. Roselita (FATMA) cita nota de esclarecimento da SDS, na qual é afirmado que a SDS participou da eleição dos conselheiros e foi eleita, sendo excluída pois não foi avisada da necessidade de encaminhamento de documentação. Roselita afirma que também é contra a carcinicultura desordenada e que as fazendas de camarão existentes no interior da APA, quase na sua totalidade, foram licenciadas antes da criação da APA BF e que das licenciadas posteriormente à criação da APA, o IBAMA posicionou-se contrário a apenas dois licenciamentos, no restante o IBAMA foi omissivo. Roselita também afirma que o porto de Imbituba é um licenciamento delegado. Azor (Ecosul) lamenta o conflito entre os órgãos ambientais e que o SISNAMA existe na lei, mas não consegue funcionar corretamente. Também diz que o “Princípio da Precaução” tem embasamento científico e que a IN deve continuar vigorando. Seguiram-se discussões entre os Conselheiros sobre as questões levantadas até o momento em que Beto afirma que existem duas posições entre os Conselheiros: aqueles que querem a revogação da IN e aqueles que querem sua manutenção, mas também cita que existe um consenso sobre a necessidade de fortalecimento do GT e a incorporação dos seus trabalhos no futuro. Então, Beto questiona sobre a possibilidade de construção de um consenso sobre a questão da IN e ressalta a importância do mesmo. Contudo, alguns Conselheiros se manifestam demonstrando a impossibilidade deste consenso e a necessidade da abertura de uma votação. Inclusive, Roselita (FATMA) coloca que está representando a posição da presidência de sua instituição, não necessariamente a sua posição pessoal, por isto não pode abrir mão dela. Assim sendo, realiza-se a votação: sete entidades foram a favor do cancelamento da IN e vinte e cinco foram favoráveis à manutenção da IN, sendo que duas se abstiveram. As instituições que votaram a favor do cancelamento da IN foram: ACIM, FATMA, Prefeitura de Laguna, Prefeitura de Imbituba, EPAGRI, IBF e Colônia Z13. COPAGRO e APEABARCA se abstiveram e estiveram ausentes durante a votação as seguintes entidades: Prefeitura de Garopaba, ASPECI, IPHAN, 19ª SDR, Prefeitura de Paulo Lopes, Prefeitura de Tubarão, Prefeitura de Palhoça, ICAM e LARUS. Às 17:15 é aberta a sessão de apresentação dos GTs. A primeira apresentação foi a do GT Resex do Cabo de Santa Marta. João Batista (Rasgamar) apresenta o histórico dos trabalhos para a criação da Resex até a realização de uma consulta pública no Cabo de Santa Marta, realizada em nove de junho de 2006, coloca que a Resex constitui uma solicitação dos pescadores locais e um instrumento para o enfrentamento de diversos problemas que afetam a pesca artesanal na área, favorecendo a sustentabilidade da pesca e o resgate cultural. João Batista afirma contar com o apoio dos municípios de Laguna e Jaguaruna e cita todos as entidades e técnicos envolvidos durante o processo de criação da RESEX. João finaliza sua apresentação solicitando o apoio formal do CONAPA BF para a proposta de criação da Resex incluindo porção marinha e as lagoas da região. Então, Beto abre a questão para o debate, questionando se alguém seria contra a criação da Resex. Albertino (APEBARCA) diz que participou da consulta pública realizada no dia nove de junho de 2006 e que na comunidade do Camacho a maioria não quer que a RESEX englobe as lagoas da região. Albertino diz ser favorável à RESEX marinha e se mantém neutro em relação às lagoas. Guarache (ACIM) coloca que ainda não havia informação suficiente sobre as questões envolvidas com a criação da Resex e por isso não poderia se manifestar. Marter (Upiar Ibi) diz que ainda existe confusão entre Reserva Biológica e Reserva Extrativista e pergunta sobre o posicionamento da prefeitura de Jaguaruna em relação à RESEX. João Batista afirma que tem documentos com a aprovação dos dois prefeitos. Evaldo (PM Imbituba) diz que precisaria de cópias dos documentos relativos à criação da RESEX para analisar e se posicionar. Vidal (Soc. Ecol.) também afirma que faltam dados relativos ao tamanho e quais os trechos do litoral e das lagoas englobadas. Truda (Conselheiro Honorário) afirma que inicialmente foi contrário à RESEX, porém alterou a sua posição e hoje apóia a proposta de criação da RESEX, pois considera uma ótima oportunidade de criar um mosaico de UCs, como no Cabo de Santa Marta e na região de Ibiraquera. Cidinha (CCI) é favorável à criação da RESEX do Cabo de Santa Marta e diz que, em Ibiraquera, a comunidade também está mobilizada para a criação de uma RESEX na região. Val (Ag 21 Ibiraquera) comenta que participou da consulta pública realizada no Cabo de Santa Marta e que acha importante a

criação de reservas extrativistas. Finalizando defende a ratificação do Conselho em relação ao mar e maior discussão em relação ao trecho das lagoas. Dennis (AMOPRAN) diz que a comunidade da Praia de Naufragados também tem problemas com os barcos industriais e que a sua entidade apóia a porção marinha, mas se houver urgência, também apóia a inclusão das lagoas. Jarbas (UFSC) cita que as informações relativas ao processo de criação da RESEX deveriam ser melhor disponibilizadas, porém apóia a criação da RESEX do Cabo de Santa Marta. André (ASAEP) diz que apóia a criação da RESEX do Cabo de Santa Marta, pois a sua entidade tem o objetivo de preservar o meio ambiente. Franco (F. Gaia) cita a falta de informação, porém afirma que a sua suplente no Conselho passou a ele as informações necessárias e que a Fundação Gaia apóia a criação da RESEX. Guarache (ACIM) ressalta a importância dos GTs, diz que os materiais devem ser disponibilizados aos conselheiros e que não pode votar, pois precisa consultar a sua entidade. João Batista (Rasgamar) diz que não tem mais como esperar, que o processo é legítimo e que a RESEX também terá os mesmos objetivos da APA da Baleia Franca. No decorrer dessas manifestações, Vantuir (Tamborete), mesmo não sendo conselheiro, interrompe dizendo que pode falar porque é do GT e se diz favorável à área de mar, não às lagoas. Beto lembra que quem não é conselheiro não pode falar, a não ser que se manifeste através de um conselheiro. Depois de algum debate entre os Conselheiros, realizou-se a votação sobre a moção de apoio do Conselho à criação da Resex do Cabo de Santa Marta, incluindo a porção marinha e as lagoas da região: vinte e sete entidades foram favoráveis ao apoio e cinco entidades se abstiveram. As entidades que se abstiveram foram: ACIM, APEBARCA, Colônia Z-13, Prefeitura de Imbituba e COPAGRO. Em seguida, ocorre a apresentação do GT Barra do Camacho. Albertino (APEBARCA) inicia a apresentação dizendo que as nove comunidades da região estão sendo prejudicadas com o assoreamento e a poluição da lagoa. Coloca também que o GT era favorável à abertura da barra via parceria com a mineradora através da instalação do módulo experimental em cinco ha, com exceção do professor Carlyle, e solicita o apoio do Conselho a esta posição. Após a apresentação de Albertino, Carlyle (UNESC) destaca que haveria necessidade de separar a atividade de mineração da questão da abertura da barra. Ele se manifesta favorável à abertura da barra, mas contrário à mineração devido à existência de contaminantes altamente cancerígenos. Segundo Carlyle, esses contaminantes não serão retidos pela manta protetora proposta pela mineradora, recentes estudos realizados nessa lagoa demonstraram a gravidade do nível de contaminação dos sedimentos, o que aponta para a necessidade urgente de recuperação ambiental desse ecossistema, com a remoção e tratamento da água e sedimento. Jarbas (UFSC) reconhece a necessidade de uma dragagem e da abertura da barra da lagoa, mas também se manifesta contrário à proposta da mineradora, em função de se tratar de área de preservação permanente e devido aos contaminantes presentes na área de mineração proposta. Diversos Conselheiros se manifestam destacando a relevância da questão, a responsabilidade do poder público e a necessidade do Conselho assumir a busca de uma solução alternativa, que não envolva necessariamente a parceria com a mineradora. Vantuir (Tamborete) diz querer falar. Albertino pede a palavra e repassa ao Vantuir. Nesse momento, o Val levanta a questão da regra do conselho, de que só se pode ter a palavra através de um conselheiro. Parece ter se criado uma confusão a esse respeito e o Conselho se posiciona contrário à fala do Vantuir. Ele insiste em falar, entra no meio da roda e começa a falar. O CONAPA BF reage e o moderador Beto tenta conversar com ele. Assim, é criado um impasse, sendo que um dos conselheiros sugere que o deixe falar por um minuto. Não houve adesão e Vantuir é convencido por Albertino a se retirar, ao mesmo tempo em que a Dete exige que o Vantuir saia da roda do CONAPA BF. Após esse incidente, é retomada a reunião e a Dete esclarece que uma Resolução do CONAMA proíbe em APAs mineração e dragagem que possam causar danos ao meio ambiente e às pessoas e realça que o Plano de Manejo, cujos termos de referência e atividades já estão sendo encaminhados, contemplará a questão da Barra do Camacho como uma de suas prioridades. Dete informa que os recursos financeiros para custear o Plano de Manejo já estão garantidos pelo PRODETUR e também reforça que o GT procure encontrar outras alternativas para solucionar este problema. Mari Helem (MAR) sugere que o Conselho comunique por escrito a sua decisão à comunidade da Barra do Camacho. O

moderador Beto reforça a importância de se buscar uma proposta alternativa para a abertura da Barra da Camacho. Evaldo (PM Imbituba) sugere a responsabilização da CIDASC para a contratação da draga da mineradora Cysy. Guarache (ACIM) questiona se o Conselho não estaria prorrogando indefinidamente o problema. Dennis (AMOPRAN) questiona se o Plano de Manejo poderá reger a abertura periódica da barra. Beto destaca o encaminhamento proposto: a elaboração, pelo Conselho, de uma proposta alternativa e a não concessão da abertura da barra pela mineradora. Em seguida, Sandra (Sea Sheperd) faz um informe sobre o GT Atuneiros / Captura de Isca-Viva. Ela coloca que o GT não se reuniu ainda, que já foi elaborado um material básico sobre a situação do Pântano do Sul, que a Rosemy (LARUS) pedirá afastamento do GT e que existe a necessidade de que mais pessoas integrem o GT, diante da relevância do tema para a APA. Truda (Conselheiro Honorário) propõe o fim do GT. Sandra afirma que o GT trata de um assunto importante para a UC. Dete convoca à responsabilidade dos conselheiros, que todos respeitem o final da reunião e dá a palavra a Ricardo Soavinski, do IBAMA Brasília. Ricardo (DIFAP/IBAMA) relata a sua experiência com Unidades de Conservação e Conselhos e cita o histórico e a maneira legítima como o Conselho da APA BF foi criado. Ricardo afirma que a Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros (DIFAP) e a Diretoria de Ecossistemas (DIREC) tomaram a decisão correta ao remeterem ao Conselho a deliberação relativa à IN 102, que o Conselho da APA da Baleia Franca é um exemplo para qualquer outra Unidade de Conservação do país e parabeniza o trabalho da Dete e de toda sua equipe. Na seqüência, Beto coloca a última pauta do dia: a ética na lista de e-mails. Azor (ECOSUL) diz que a lista funcionou bem até que ela se tornou uma constante troca de acusações, que quem deveria ouvir essa discussão não está mais presente e que não é favorável à presença de um moderador. Vidal (Soc.Ecol.) acredita que com o final da polêmica sobre a IN 102 a lista voltará ao seu funcionamento normal e elogia a postura do Conselheiro Guarache. Val (Ag 21 Ibiraquera) lembra que o Regimento Interno já trata da conduta dos Conselheiros e sugere que a Plenária indique recomendação para que nenhum dos conselheiros utilize a rede com o fim de agressão e desrespeito e que a APA divulgue esta recomendação pela lista de e-mails. Franco (F. Gaia) sugere que o conselho aprove uma moção de repúdio às agressões que circularam pela lista de e-mails do Conselho da APA BF. Mari Helem (MAR) reforça a posição de Franco. Dennis (Amopran) defende que as mazelas do Conselho não devem ser expostas na internet. Guarache (ACIM) defende que o conselho deve se auto-regrar. Carlyle (UNESC) defende o respeito não só na internet, como também nos GTs e nas Plenárias. Cidinha (CCI) diz que, apesar de não ter e-mail, acompanha as discussões e defende que deve-se criar regras para o uso da lista de discussão. Val (Ag21 Ibiraquera) lembra que várias pessoas tentaram interceder na questão sem muito sucesso, justamente por isso acredita ser importante a criação de uma recomendação do Conselho. Após o debate, houve um consenso entre os Conselheiros ainda presentes na reunião sobre a necessidade de se repudiar o uso do e-mail para agressões entre Conselheiros. Surgem duas propostas: i) a elaboração de uma moção, a ser encaminhada às instituições, estabelecendo critérios para o uso da rede e prevendo a exclusão de pessoas com condutas inadequadas; e ii) a simples recomendação via e-mail para o uso ético da rede, uma vez que o Regimento Interno contemplará essa questão. Após a votação, decide-se pela recomendação via e-mail para o uso com lisura, respeito e ética da rede, a ser elaborada pela equipe da APA BF. Por fim, decide-se sobre a pauta da próxima plenária do CONAPA BF, a saber: a conclusão do Regimento Interno e a apresentação dos GTs. Sandra (Sea Sheperd) defende que a próxima plenária aconteça em Florianópolis. Dete sugere que ela ainda aconteça nos municípios centrais, para facilitar o deslocamento de todos os Conselheiros. Guarache e Dete reforçam a necessidade de utilização da metodologia de apresentação dos GTs, apresentada nos cursos de capacitação dos Conselheiros. A próxima plenária fica marcada para o dia 26 de agosto de 2006, no município de Imbituba ou Garopaba, em local a ser confirmado. Nada mais havendo a tratar, Marcos H. Taniwaki (APA BF/IBAMA), Carla Filardi (NMD/UFSC) e Gabriel Rebouças (NMD/UFSC) lavramos a presente ata que será lida na próxima reunião do conselho, para sua aprovação ou retificação, sendo então assinada por todos os que estavam presentes, listados em lista de presença anexa.

Lista de Presença da Reunião Ordinária do Conselho Gestor - 22/07/06

Instituição	Nome	Assinatura
APA BF / IBAMA	Maria Elizabeth C. da Rocha	
SPU / GRPU	José Luiz Fernandes Cruz	
IPHAN	AUSENTE	AUSENTE
UFSC	Jarbas Bonetti	
FATMA	Roselita B. Bitencourt	
EPAGRI	Joel Gaspar de Souza	
Polícia Ambiental	José dos Passos Lúcio	
19ª SDR	AUSENTE	AUSENTE
PM Içara	Ricardo Lino da Silva	
PM Palhoça	AUSENTE	AUSENTE
PM Paulo Lopes	AUSENTE	AUSENTE
PM Tubarão	AUSENTE	AUSENTE
PM Laguna	Agnaldo M. de Limas	
PM Imbituba	Evaldo de Souza	
PM Garopaba	Samuel Ramos de Lima	
UPIAR IBI	Marter Rosa Pereira	
MAR	Mari Helem Rech Rodrigues	
ECOSUL	Azor el Achkar	
SOC. ECOL.	Vidal da Silva Santos	
RASGAMAR	João Batista Andrade	
AMA	Gelson Rigo	
R3 ANIMAL	Alessandra de Abreu Arriada	
IWC Brasil / PBF	Karina Rejane Groch	
Fundação Gaia	Franco Adriano Werlang	
IBF	Mônica Danielski	
ICAM	AUSENTE	AUSENTE
ASAEP	André Tomé Igreja	
SEA SHEPHERD	Sandra Antunes Severo	
Larus	AUSENTE	AUSENTE
AMOPRAN	Dennis dos Reis	
Gaia Village	Dolizete Zilli	
ASPECI	Lédio da Silveira	
CCI	Mª Aparecida Gonçalves	
Ecovida	Mariomar M. Pereira	
ACIM	Joaquim P. Guarache Leonardo	
UNESC	Carlyle Bezerra de Menezes	
COPAGRO	Fernando Geraldi da Silva	
APIVALE	Glaico José Sell	
APAFA	João Gilberto Haesbaert	
Ag 21 Ibiraquera	Valdeci Mascarello	
APEBARCA	Albertino Pereira Ramos	
ASPR	Francisco de Assis de Souza	
Colônia Z-13	Luana Piemontez	
Truda	José Truda Palazzo Jr.	
Paulo Vieira	Paulo Henrique Freira Vieira	